

## ENTRE SIGNO E DISCURSO E ALGUNS PROBLEMAS À QUESTÃO DO SENTIDO

Eder José dos SANTOS<sup>45</sup>  
Roselene de Fátima COITO<sup>46</sup>

**Resumo:** Partindo desde propostas anteriores (Gramáticas comparativas) e constituintes de Saussure (William Whitney, 1875) até formulações mais atuais (Pêcheux, 1975 - *Les vérités de la palice*), este trabalho propõe uma costura entre língua, linguagem e filosofia, citando as principais vertentes da história da Linguística e pensando detidamente sobre o ponto que acreditamos ser o nó mais importante à existência e ao funcionamento da linguagem: o sentido.

**Palavras-chave:** Filosofia da linguagem. Signo. Discurso. Sentido

**Abstract:** *Departing from previous proposals (Comparative Grammar) and constituents of Saussure (William Whitney, 1875) to more current formulations (Pêcheux, 1975 - Les vérités de la palice), this paper proposes a seam between tongue, language and philosophy by quoting the main strands of history of linguistics and thinking carefully about the point that we believe to be the most important node to the existence and functioning of language: the meaning.*

**Keywords:** *Philosophy of language. Sign. Discourse. Meaning*

### Introdução

A pretensão inicial deste artigo é esboçar, ainda que de modo muito breve, alguns pontos que julgamos demasiado importantes sobre a longa historicidade que permeia as discussões sobre língua, linguagem e filosofia (e que, desta forma - sucintamente - percebemos o risco de negligenciar pontos relevantes sobre questões tão polêmicas).

---

<sup>45</sup> Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Letras da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Cascavel, PR - Brasil. Endereço eletrônico: eder.jose@hotmail.com

<sup>46</sup> Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris - sob a supervisão do Prof. Dr. Roger Chartier. Atualmente é professor adjunto C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Endereço eletrônico: roselfnc@yahoo.com.br

Os focos de nossa observação se darão na relação entre signo saussureano e seus problemas conceituais e metodológicos que, se não inspirou, provocou (seja por desdobramento, seja por ruptura) boa parte da Linguística do século XX. Partindo dessa posição, será também nossa preocupação demonstrar de que forma discordamos da proposta de Saussure quando o foco é a questão do sentido, da significância (não negando sua importante contribuição à atribuição científica da Linguística) ao preferir as rupturas epistemológicas de Michel Pêcheux ao inaugurar os estudos do Discurso.

O mote desse trabalho é o pensamento de que o léxico, tomado enquanto entidade patrimonial, ou “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos” (SAUSSURE, 1970, p.21)<sup>47</sup>, não pode ser justificado, nessa concepção, como explicação central das complexas formações sócio-culturais de uma dada sociedade. Tentaremos sustentar tal posição teórica pelo agrupamento de alguns conceitos e, à pertinência devida, de alguns ligeiros exemplos, tendo por base as propostas de Pêcheux, Foucault, Bakhtin.

### **Herança e pressupostos saussureanos**

Um fato preliminar ao se falar de Ferdinand de Saussure deveria considerar que não foi ele quem deixou publicado o *Curso de Linguística Geral* (1916). Isaac Salum adverte no prefácio à edição brasileira que conhecemos Saussure assim como conhecemos Jesus e Sócrates: de “segunda mão”, pois que, Sócrates conhecemos por Xenofonte e Platão, e Jesus por seus discípulos. Assim, pelo *Curso* conhecemos Saussure por Charles Bally e Albert Sechehaye que colheram as anotações das aulas dadas nos cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra.

Além disso, algumas informações de que Saussure destruía todos os seus rascunhos e esboços de aula e que nada havia deixado publicado poderiam, hoje, comprometer o “verdadeiro” Saussure. Porém, Ilari (2005) afirma que o *Curso* montado pelos alunos de Saussure tem uma simplificação excessiva, pois que, após sua publicação apareceram “outros Saussures” supostamente mais consistentes, cujas ideias estão em relação dialética com as do primeiro, através de *Sources Manuscrites du Cours de Linguistique générale* (1969) de Godel, de *Cahiers Ferdinand de Saussure* e ainda de *Cours de Linguistique générale* (1960) de Tullio de Mauro. De qualquer forma, é

importante reconhecer que Saussure “[...] deu consistência formal à velha intuição de que as línguas humanas são totalidades organizadas” (FARACO, 2005, p.28), e que o *Curso* delimitava de forma inovadora um modo empírico de abordar essas línguas.

Tais intuições de que nos fala Faraco (2005) aludem aos estudos de: Willian Jones (1786) e Franz Bopp (1816), pelo estudo comparativo entre gramáticas (sânscrito, persa, latim) a fim de mostrar as afinidades e as diferenças entre elas; Jacob Grimm (1822) que, além das afinidades entre as gramáticas, destacou a sucessão histórica que elas carregavam; Schleicher (1850), pelo estudo também histórico-comparativo, mas, tomando a língua como um organismo vivo independente de seus falantes; os neogramáticos (Ostroff e Brugman) em 1878, para os quais a língua estaria ligada ao falante por uma relação psicológica-subjetivista. Willian Whitney (1875) também influenciou Saussure por meio de afinidades e de contrastes: afinidade na concepção de língua enquanto instituição social e contraste ao ser, para Whitney, o uso do aparelho vocal humano mero acaso ao estabelecimento da comunicação humana, sendo possível a linguagem desenvolver-se por gestos ao invés da fala, por exemplo - concepção repelida por Saussure.

É dessa herança teórica que Saussure emerge e, pela série de dicotomias que estabelece a partir do *Curso*, delimita de vez a Linguística como ciência, ultrapassando as especulações histórico-comparativas de até então. O primeiro passo dessa delimitação dicotomizou língua e fala. Isso não significa que Saussure tenha ignorado a fala, a execução linguística. Diz ele: “[...] a cada instante ela é uma instituição atual e um produto do passado.” (CLG, p.16), porém, para que outras ciências não tomem a linguagem como seu objeto e para que a palavra não seja concebida simplesmente como som, como expressão da ideia, Saussure prefere “fechar a porta” e definir que “[...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como uma norma de todas as outras manifestações da linguagem” (CLG, p.16), destacando que o linguista deve ater-se aos textos escritos já que as demais formas (fala) escapariam à observação.

Dessa partição, temos que a língua é um todo por si e um princípio de classificação - um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas; enquanto linguagem (a execução da língua) é um processo físico (ondas sonoras), fisiológico (fonação e audição) e psíquico (imagens verbais e conceitos), cuja unidade não pode ser definida em virtude de ser multiforme e heteróclita (fora das normas

---

<sup>47</sup> Doravante, as referências à obra de Saussure serão feitas pela sigla CLG - Curso de Linguística Geral.

gramaticais). Para Saussure, somente por tal divisão é que se poderia apreender o objeto língua, pensando-o como um sistema contratual entre seus usuários em que todas as imagens verbais (a completude da língua) estariam depositadas no cérebro de cada indivíduo de uma dada comunidade. Por isso, somente o signo interessava empiricamente a Saussure, haja vista que a fala (*parole*) é individual e acidental, de vontade e inteligência, um mecanismo psico-físico heterogêneo. A esse estudo focado sobre o signo, Saussure chamaria Semiologia: “ciência que estude a vida dos signos no meio da vida social” (CLG, p. 24).

Do propósito dessa ciência é inaugurada outra dicotomia, pois esse signo deveria ser compreendido por um complemento intrínseco e mútuo entre Conceito/Significado e Imagem acústica/Significante, formando a entidade psíquica que seria esse Signo. Dessa partição temos que Conceito/Significado corresponde aos “fatos de consciência” (CLG, p.19) ou “a ideia que o significante representa” (CLG, p.85), enquanto a Imagem acústica/Significante não é (o que a terminologia sugere) o som em si, mas a impressão psíquica desse som que, se a chamamos de material (pensando na palavra inscrita) é por oposição ao Conceito, cuja ideia é mais abstrata.

A noção de signo é central na proposta de Saussure e, assim, é extensivamente conceitualizada por meio de atribuições como: a) É arbitrário pelo fato de não existir motivo algum para chamar de “porta” o objeto material que conhecemos por porta. Poderíamos, pois, chamá-lo de “bicicleta”, dependendo isso apenas de uma prévia combinação contratual entre os usuários da língua; b) É, por natureza, imutável, visto que nem o indivíduo, nem a sociedade podem alterar a constituição de um signo que lhes é dado por herança de idioma através de fatores históricos por uma relação recíproca entre o uso coletivo e sua temporalidade.

De acordo com Bally e Sechehaye, Saussure não é contraditório ao afirmar também a mutabilidade do signo, pois que essa mutabilidade corresponde a alterações pelo tempo no “deslocamento da relação entre o significado e significante” (CLG, p.89), coisa exterior aos indivíduos que, alheios, nada fazem além de usar a língua. Contudo, Saussure não define quais motivos circunstanciam a alteração de uma língua através do tempo e acaba por dizer: “O tempo altera todas as coisas.” (CLG, p.91).

Em virtude do contexto da época, as ideias saussureanas estão relacionadas também com as de Durkheim e de Comte por meio do Positivismo fortemente marcado e de Darwin. Relações que nos permitem compreender algumas analogias funcionais

entre, por exemplo, língua, linguagem e vegetais. Contudo, no intuito de estabelecer lugar de honra à Linguística como ciência piloto, Saussure relega à psicologia, à antropologia ou qualquer outro campo afim, o motivo mais importante de um sistema linguístico: sua execução, a fala, a enunciação, a atividade verbal, a discursividade, os atos de fala etc., instâncias que serão objetos de diversos estudos pós-Saussure.

Não cabe aqui (e repelimos essa ideia) menosprezar os pressupostos saussureanos, até mesmo porque sobre a questão do sentido, que aqui nos interessa e tange de muito perto a Semântica, Saussure pouco se aprofunda justamente por prudência teórica e restringe-se à questão do valor do signo. Assim, se de suas propostas partimos, não é para menosprezá-las em prol de outras perspectivas, mas, por reconhecimento de valiosa baliza que edificou metodologicamente a proposta do léxico como tesouro vocabular, tomando a língua como patrimônio social que pode ser transmitido de geração em geração ao considerar o signo verbal como responsável pela perpetuação de herança cultural. Porém, nas subdivisões seguintes deste trabalho pretendemos demonstrar, por meio de um brevíssimo percurso histórico, algumas questões essenciais que retiraram do trono o signo saussureano para observar a língua(gem) pelo entendimento de que uma sociedade, uma cultura, uma língua não se constituem de/por léxicos, mas, sobretudo, por aquilo que se faz (e deixa de se fazer) deles como elementos de um processo mais amplo que compreendemos por discurso.

### **Saussure e o século XX: desdobramentos, rupturas**

Com a repercussão das propostas saussureanas a partir de outra importante dicotomia entre abordagem sincrônica e abordagem diacrônica da língua, - em que a Diacronia se prende à evolução e/ou prospecção de língua numa dada temporalidade, enquanto a Sincronia “observa e descreve o funcionamento do sistema linguístico” (MARTINET apud CARVALHO, 1982, p.93) - os olhares sobre a língua se voltaram a essa sistematização e suas regras, conforme destaca Ilari:

Chegou-se assim a uma situação extrema em que toda a atenção foi dedicada às “regras do jogo”, isto é, ao sistema, ao passo que os episódios de seu uso foram relegados a uma disciplina secundária (denominada às vezes “linguística da fala”, outras vezes “estilística”), à qual coube a tarefa “menos nobre” de legislar sobre fatos sujeitos a uma regularidade precária. (ILARI, 2005, p.59)

Esses estudos detidos nas regras do sistema (e não só na Linguística, mas também em áreas como a Filosofia, a Economia etc.) foram denominados de Estruturalismo por priorizar a análise do sistema língua enquanto forma. Tiveram grande repercussão da Europa em meados do século XX e se consolidaram com a Escola de Praga, com os estudos de Hjelmslev, com Martinet e o funcionalismo, e, destacadamente, com Roman Jakobson por seus estudos estendidos desde a fonologia até a linguagem da poesia. Contudo, com os desenvolvimentos dos estudos linguísticos, o entusiasmo provocado pelo método sincrônico sobre as ‘regras do jogo/sistema’ foram cedendo espaços, como por exemplo, com a mudança de direção da análise, de conceitos, do objeto e dos objetivos, a Linguística Estrutural de 1960 possibilita os estudos da Linguística Textual (1980).

No bojo desse percurso linguístico, os estudos deslocam-se da análise transfrástica à gramática textual e, em seguida, desta à textualidade. Essa ordem de ampliação (da frase para o texto, do texto à gramática textual, do texto ao contexto pragmático) se dá principalmente pela mudança de conceitos. A língua que era inicialmente percebida como um sistema fechado e virtual exclusivamente para o uso individual, passa agora a ser um sistema real e vivo em constante ação. O texto que era um objeto pronto e acabado (produto final) passa a ser um processo com faces no leitor. E os objetivos, que pretendiam explicar a frase/texto sintaticamente com uso formal e abstrato para desvelar suas regras, esforçam-se agora pela compreensão multidisciplinar do texto como algo pulsante. Nas palavras de Koch (2004):

Uma das tônicas da década de 80 foi justamente a ampliação significativa do conceito de coerência, quando, adotando-se uma perspectiva pragmático-enunciativa, passou-se a postular que a coerência não constitui mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas que é um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem Linguística, cognitiva, sociocultural e interacional. (KOCH, 2004, p.XIII)

Por processo semelhante passou a Semântica. Da Formal (início do século XX) abriu-se espaço à Semântica da Enunciação (1970), o conceito de significado bipartido entre sentido e referência (o que nos lembra das dicotomias de Saussure) passa a ser pensado como um todo mundo-objeto-linguagem. A Semântica Formal remete a caracteres saussureanos, pois seu conceito de significado surgia da ligação entre Sentido

(o modo de apresentação do objeto, semelhante à imagem acústica saussureana) e Referência (o objeto material), e a concepção de subjetividade era ignorada pelo fato da linguagem ser mero instrumento para se expressar.

Já na Semântica enunciativa, com base em estudos desenvolvidos por Émile Benveniste, Oswald Ducrot e ainda as iniciações da Análise do Discurso de Michel Pêcheux na França, a linguagem é tomada como “coisa viva” e dialógica porque é feita para suscitar, provocar algo (OLIVEIRA, 2005). Em ruptura com a Formal, que pensava a sentença desvinculada do contexto de emergência, para a Enunciativa uma sentença só pode ocorrer por meio de uma cadeia discursiva. Assim, a língua não poderia ser apenas um mecanismo instrumental rígido, mas dialógica porque é constituinte, é processo entre falantes, ação. Ou, como afirma Ducrot: “Queremos dizer que o objeto teórico ‘língua’ não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade da fala.” (DUCROT, 1987, p.64).

Na América do início do século XX, foi Charles Sanders Peirce (1839-1914) quem dedicou estudos destacáveis a respeito da Semiótica enquanto ciência que trata das leis do pensamento, das condições de verdade e das condições gerais do signo. Para Peirce, o signo não é o mesmo de Saussure visto anteriormente (arbitrário e bipartido entre significante e significado). De acordo com Santaella, para Peirce signo é:

[...] qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um mito, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo, etc.) que representa uma outra coisa, chamada de objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de interpretante do signo. (SANTAELLA, 2002, p.08)

Não desconsiderando a complexidade que Peirce desenvolveu sobre o signo mediante esta concepção, arriscamos resumir de modo muito simplificado, que a Semiótica peirceana tem como método o Paradigma Indiciário (GINZBURG, 1999) que consiste em reunir pistas, indícios e resquícios para, metodologicamente, fazer a Abdução. Trata-se de reunir uma série de pistas, sinais, indícios etc., para analisar cada elemento de uma dada composição e em seguida aferir conclusões que ultrapassem o caráter óbvio da interpretação. O importante a se destacar da Semiótica é a preocupação com a interpretação, pois, visto que todo significante reclama interpretação, a questão do sentido em sua perspectiva semântica de relação com o mundo é seu ponto nodal.

Ainda nos Estados Unidos, o estruturalismo foi motivado por Leonard Bloomfield (1933) de modo distinto a Saussure, mas também sugerindo deixar de lado os problemas do sentido porque, por acreditar ser de psicologia individual, não poderia ser observado cientificamente. Em seguida, Zellig Harris (1951) estabelecia propostas de estudos sobre a língua desconsiderando informações prévias sobre o corpus linguístico (ILARI, 2005), o que eliminava, assim, a historicidade de um enunciado como importante constituinte de sentidos. Vale destacar que não pretendemos elencar esta ou aquela concepção como melhor ou pior, desejando apenas esboçar uma costura pelas implicações linguístico-filosóficas com vistas à questão do sentido que é, ou deveria ser, de pertinência a toda Linguística.

Outra proposta de grande repercussão foi a de Noam Chomsky. Porém, não pela perspectiva estruturalista de até então, mas, ao contrário, pela sugestão da Gramática Gerativa-transformacionista, cuja preocupação era:

[...] a competência sintática, entendida como uma capacidade ou disposição dos falantes, ou seja, como um objeto mental. Isso implicava que a linguística não deveria mais tratar daquilo que se observa, mas sim interessar-se por alguma coisa que não é imediatamente acessível aos sentidos, e é até certo ponto misteriosa. (ILARI, 2005, p.84)

Porém, segundo Ilari (2005), a gramática gerativa de Chomsky foi vista pelos europeus como um novo estruturalismo. Isso se deva, talvez, ao fato de o Gerativismo estabelecer, interessantemente e com sua devida lógica, as relações entre Estrutura profunda e superfície com base na pré-disposição gramatical (geração), mas, insatisfatoriamente, tentar dar conta de uma explicação semântica subjugando os sentidos (ou sua produção) a um mecanismo de sintagmas, itens lexicais e suas inserções. Nas palavras de Lobato: “O sentido de uma sentença, então, é dado por sua estrutura profunda, através da aplicação, a essa estrutura, das regras de interpretação semântica (ou regras de projeção).” (LOBATO, 1977, p.16).

Relacionados às propostas de Chomsky (mas não no sentido de influência tendo em vista que Fillmore parte de Bakhtin e Tesnière) e preocupado em realmente estabelecer quais seriam os universais semânticos, temos os estudos de Charles Fillmore, criando o conceito de pequeno drama da oração: quem fez, quando, quem recebeu a oração. Por questionamento da partição chomskyana da frase em Sintagma Verbal e Sintagma Nominal, Fillmore estabelece que são os verbos os universais

semânticos porque admitem sempre uma relação destes com algum agente e/ou algum objeto. Segundo Fillmore, “a sentença, em sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa determinada relação de caso” (FILLMORE, 1977, p.296), de modo “que a estrutura profunda de (o componente proposicional de) toda sentença simples é uma combinação consistindo em um V mais um certo número de SNs mantendo relações rotuladas especiais (casos) com a sentença.” (ibid, p.306). Percebe-se, nessa perspectiva, a necessidade do olhar a cada caso, mas não ao acontecimento condicional do caso, permanecendo o problema do sentido limitado entre os muros estruturais/lexicais dessa linguística.

Em posição adversa à concepção saussureana, temos também na América os estudos da Pragmática em que o sujeito falante, relegado por Saussure, tem papel central. Em suma, a Pragmática se propõe a estudar o uso da linguagem em ação, em seu funcionamento. Destacamos aqui o Pragmatismo americano e a teoria dos Atos de Fala. O Pragmatismo americano tem caráter filosófico e se debruça sobre a verdade, afirmando que a verdade não está fora dos homens ou das coisas, mas que ela é produzida pelo próprio homem. Já a perspectiva dos Atos de Fala, desenvolvida por John Austin (1911-1960) e Paul Grice (1913-1988), prevê que dizer não é só transmitir informações, mas é também uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo. Assim, para Austin o ato da fala não é falar sobre algo, mas, praticar uma ação. Seguem daí seus conceitos de enunciados constativos/performativos em que os enunciados constativos descrevem ou relatam um estado de coisas e, assim, podem ser verdadeiros ou falsos, enquanto o enunciado performativo não pode ser nem falso nem verdadeiro, pois, no momento exato em que são proferidos, já realizam a ação denotada no verbo. Por exemplo, “Prometo que vou.”: quando se enuncia já se está prometendo.

O ponto problemático dos Atos de Fala, a nosso ver, está no que Paulo Ottoni denomina de “infelicidades” do enunciado performativo:

O performativo pode ser emitido sob restrição ou por acidente; pode representar problemas de sintaxe ou de mal-entendidos; pode aparecer num contexto ‘pouco sério’; numa peça de teatro, talvez, ou num poema. Tudo isso nós vamos deixar de lado – lembrar-nos-emos das infelicidades mais específicas do performativo, isto é, da nulidade, do abuso (falta de sinceridade) e de quebra de compromisso. (OTTONI, 1998, p.113)

Ao preferir estabelecer “infelicidades” de um enunciado performativo, corre-se o risco de silenciar ou apagar diversos outros fatores decisivos e importantes à atividade verbal, à discursividade, como, por exemplo, a intencionalidade enunciativa ou as particularidades próprias de um acontecimento único e irrepitível (FOUCAULT, 1999), bastando-nos apenas pensar na relação entre “quebra de compromisso” e uma formação discursiva política brasileira, por exemplo.

Por fim, relacionado aos estudos da conversação, Paul Grice desenvolveu, a partir do princípio cooperativo entre falante e ouvinte, as máximas conversacionais que devem reger a comunicação. Tais máximas têm, segundo Grice, duas ordens: a) faça que sua contribuição seja tão informativa quanto necessário (quantidade); b) não diga o que você acredita ser falso (qualidade). Percebe-se, evidentemente, que se o princípio cooperativo de Grice pode ainda ter alguma importância, já não podemos afirmar o mesmo sobre suas ordens - totalmente insuficientes quando quantidade e qualidade são medidas relativizadas a cada acontecimento discursivo.

### **O olhar discursivo**

Prosseguindo nossa breve (e provavelmente injusta) escalação de estudiosos da língua, cabe citar algumas importantes distinções destacadas por Mikhail Bakhtin (1895-1975) que, à perspectiva discursiva que agora circulamos, é bem-vindo via Authier-Revuz pelo entrelaçamento do conceito bakhtiniano de dialogismo e o desenvolvimento da autora sobre a heterogeneidade enunciativa. No entanto, não nos deteremos na questão da heterogeneidade e gostaríamos de destacar apenas a concepção de língua que norteia os apontamentos de Bakhtin. Pois, apesar de nos parecer haver um modismo acadêmico em opor os conceitos bakhtinianos aos de Saussure, convém comentá-los com precaução, tendo em vista que a imagem acústica saussureana, como o *Curso* afirma, é “impressão psíquica” (CLG, p.80), instância diferente, pelo menos até este ponto de nossas reflexões, do que Bakhtin conceitua como palavra enquanto unidade da língua.

Há, entretanto, distinções entre esses dois mestres que são perfeitamente assinaláveis. Se para Saussure a língua era um sistema virtual e imutável pelo indivíduo, para Bakhtin a língua é construída e constituída pela interação verbal, pelo diálogo real. Se para Saussure o signo era uma entidade psíquica cujo valor linguístico se atribuía por

relações opostas aos demais signos; uma parte do tesouro-língua depositado na mente de cada indivíduo que, apesar de seu caráter arbitrário, cabia a este indivíduo apenas fazer uso dele; o responsável pela transmissão da herança cultural de gerações anteriores; para Bakhtin:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1997, p. 123)

Essas diferenças conceituais são imprescindíveis ao estudo da língua(gem). A escolha entre uma concepção e outra não resultará apenas em metodologias ou olhares diferentes, mas no resultado de um compromisso teórico-político que caminha lado a lado com a questão fundamental do sentido. Estamos, neste ponto, tangenciando a face filosófica da linguagem. Por isso, cabe destacar um importante trabalho de Helena Martins (2001) em que, a partir da *filosofia da linguagem* enquanto concepções sobre linguagem e situada sobre o pensamento ocidental respectivo ao nascimento da Filosofia Grega no início do século VI a.C., a autora explana um exame sobre a ascendência filosófica de três concepções diferentes de linguagem chegando a dois modos essenciais: o Essencialismo (platônico-socrático) que toma a língua como instrumento para falar objetivamente das coisas; a língua como sistema de descrição ou representação de uma ordem externa universal cujo funcionamento (linguagem) se funda na crença de que verdades essenciais contínuas prevalecem sobre os consensos instáveis dos homens; e o Relativismo (sofista) em que a língua não pode ser um instrumento de descrição objetiva porque a ordem universal externa não nos é totalmente acessível. Neste, a linguagem é uma prática cultural, histórica e idiossincrática a cada ocasião de um processo discursivo, tendo na concepção de verdade seu caráter múltiplo e mutável.

Segundo Martins (2001), a perspectiva essencialista, desde os primórdios da Filosofia, é hegemônica no pensamento ocidental e tem eco ainda no estruturalismo saussureano, no gerativismo, e até mesmo em vertentes que se reconhecem pragmáticas. Contudo, pensamentos filosóficos contemporâneos como Derrida, Heidegger e Foucault, entre outros, questionam o projeto essencialista, atribuindo-lhe um entendimento equivocado sobre a linguagem.

Comprometido com a teoria do discurso e envolto nessas preocupações filosófico-linguísticas a respeito do sentido, ou melhor, de como ocorrem as produções de sentidos, para Michel Pêcheux (2009) o que o estruturalismo, o funcionalismo e o gerativismo não dão conta, já no séc. XX, é do fato de que as diferentes realizações da língua-sistema, tão acariciadas estruturalmente pelo método sincrônico, podem se enfrentar ou se apoiar, às vezes com a mesma palavra, mas a diferença do sentido que fazem está na natureza dos interesses ideológicos colocados em jogo. O problema aí é como o mesmo “vocabulário-sintaxe” possibilita diferentes “raciocínios”<sup>48</sup>. Segundo Pêcheux, esse seria o processo antagonista que a Linguística atual (1975, na época) ignora por objetificar a língua e apagar sua historicidade.

Vale lembrar também que Bakhtin, pouco antes de Pêcheux, já condenava a filosofia para qual a língua era apenas objeto e sistema. Trata-se do Objetivismo abstrato que, a propósito, seu imediato oposto – o Subjetivismo idealista (Humboldt) – também deveria ser descartado pelo psiquismo individual que reclama, o que relega o sentido a uma simples descoberta de percepção individual, particular e pessoal de cada um dos indivíduos que ‘usam’ a linguagem (BAKHTIN, 1997). Neste âmbito filosófico, diversos estudiosos atribuem as concepções saussureanas ao Objetivismo abstrato, ou, em outros termos, mas sob o mesmo legado, ao Empirismo lógico (PÊCHEUX, 2009), ou ainda ao Mentalismo - inserido no Essencialismo (MARTINS, 2001).

Dessa forma, assumimos nossa preferência teórica frente à língua(gem) em conformidade com o que propõe Pêcheux:

[...] o deslocamento conceitual introduzido por F. de Saussure consiste precisamente em quebrar essa homogeneidade entre a prática e a teoria da língua: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, ela deixa de ser compreendida como tendo função de expressar um sentido; tornando-se um objeto de que uma ciência pode descrever o funcionamento. [...] A consequência desse deslocamento é, como se sabe, a seguinte: o ‘texto’ não pode se maneira alguma ser objeto pertinente para a Linguística, porque ele não funciona – o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regradas com base em elementos definidos, e os mecanismos mobilizados têm dimensões inferiores ao texto: a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala, resíduo não científico da análise. (PÊCHEUX, 1969, p.62)

<sup>48</sup> Quais fatores condicionam, por exemplo, “árvore” a ter um sentido para um madeireiro e um outro sentido para um ambientalista. É por essa linha de pensamento que à AD (Análise do Discurso) não existem signos, mas significantes cujos efeitos de sentido dependerão, principalmente, da FD (formação discursiva) em que são mobilizados, inscritos.

Para a disciplina que Pêcheux desenvolveria logo em seguida a esta observação ainda de 1969 – a Análise do Discurso – é impossível que um signo, um léxico, carregue em si e por si mesmo seu próprio sentido, seu próprio significado. Aliás, o próprio conceito de texto na AD não é de unidade, mas de superfície discursiva, de materialidade inscrita a partir de formações discursivas dadas e condições de produção específicas atribuídas a cada momento da interpelação ideológica de um sujeito que não é totalmente consciente apesar de agir, trabalhar sobre a língua. (POSSENTI, 2005).

A produção de sentido, nessa perspectiva, não poderia ser explicada somente com a base linguística como objeto de análise. Por isso, Pêcheux desenvolve uma série de instrumentos conceituais para analisar o funcionamento de uma base linguística (signo, sentença, léxico etc.) no todo processual-dialético que é o discurso: “[...] interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – introduzidos ao longo desse trabalho e que justamente caracterizam, segundo o que pensamos, a forma da discursividade – não correspondem, portanto, a fenômenos linguísticos.” (PÊCHEUX, 2009, p.235). É a aplicação desses conceitos que permitirão, em uma análise detida, compreender a partir de uma dada asserção (Ela é mulher, mas dirige bem. – por exemplo) como um não-dito (As mulheres dirigem mal.) via pré-construído funciona em certa formação discursiva.

O conceito de interdiscurso é fundamental aqui, pois a compreensão de sua construção por meio do funcionamento conjunto entre articulações de asserções e a constatação de pré-construídos permitirão entender os efeitos de sustentação que, por fim, colaboram sobre os efeitos de sentido no acontecimento das infinitas metáforas. Ou seja, se “[...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição *por* outra palavra, outra expressão ou proposição [...]” (ibid. p.239) em um processo de *meta-phora* que será exclusivo a cada formação discursiva em que ocorrer, não bastaria categorizar cada signo/léxico, sentença ou texto em busca de um conjunto de leis e regularidades para se explicar a língua, ou melhor, seu acontecimento – a linguagem.

Enfim, para encarar o difícil problema do sentido, urge considerar a linguagem como processo condicionado a fatores específicos de produção que devem ser observados por meio de seu caráter múltiplo e que extrapolam o pretense cercado linguístico: economia (produção, produtos, materiais, o que se faz desses produtos, consumo etc.), ordens e desordens políticas, poderes (legais, jurídicos, e as táticas do

cotidiano – para lembrar De Certeau), interdições, coerções, mas também os tendenciosos incentivos às práticas de atuação sobre o mundo e sobre os demais sujeitos. Trata-se, como diz Foucault (1999), de suspender a soberania do significante, de perceber as vontades de verdade, de restituir ao discurso seu caráter de acontecimento. Ou, para finalizar retomando Pêcheux quando ele diz ser necessário dar trabalho à Linguística (PÊCHEUX, 2009), uma saudável provocação seria interrogar: para quais fins e para quem serve a Linguística sem um comprometimento político evidenciado?

### Referências

AUTHIER-REVUZ. (1982) Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: Authier-Revuz, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FARACO, Carlos Alberto. Estudos pré-saussureanos. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3 vol. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FILLMORE, Charles J. Em favor do caso. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Teresa Louro Pérez. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3 vol. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore G.V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *A semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. 2.ed. In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3 vol. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, M. A análise automática do discurso (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.61-161.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Trad. Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3 vol. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística geral*. 2.ed. Trad. Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1970.